

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO E PROJETO DE EXECUÇÃO
DA REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA MARQUÊS DE POMBAL E PRAÇA DA
REPÚBLICA 2.ª FASE – PRAÇA DA REPÚBLICA”

ÍNDICE

PARTE I	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª - Objeto	4
Cláusula 2.ª - Contrato	4
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços	5
Subsecção I - Disposições Gerais	5
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços	6
Subsecção II - Dever de sigilo	6
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo	6
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	7
Cláusula 8.ª - Preço contractual.....	7
Cláusula 9.ª - Preço base	7
Cláusula 10.ª - Condições de pagamento	7
Cláusula 11.ª - Revisão de preços	8
Cláusula 12.ª – Adiantamentos.....	8
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
Cláusula 13.ª - Força maior.....	8
Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines	9
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
Cláusula 15.ª – Caução.....	10
Cláusula 16.ª - Foro competente	10
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS.....	10
Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual	10
Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos	11

Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	11
PARTE II	11
Cláusula 21. ^a – Especificações Técnicas.....	11
Cláusula 22. ^a - Atributos da Proposta.....	11
ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	12
Cláusula 1. ^a – Especificações do Serviço.....	12
Cláusula 2. ^a – Objetivos da Intervenção	13
Cláusula 3. ^a – Área de Intervenção.....	14
Cláusula 4. ^a – Âmbito do Trabalho	14
Cláusula 5. ^a – Prazo de Execução	14
Cláusula 6. ^a – Plano de Pagamentos	14
Cláusula 7. ^a – Informação a disponibilizar pelo Município de Sines	14

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República – 2.ª Fase (Praça da República), nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas no Anexo I do presente Caderno de Encargos;

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de sessenta dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos durante sessenta dias, sendo trinta dias para a elaboração do estudo prévio e trinta dias para elaboração do projeto de execução, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do Prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros), sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo Prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos, tem como objeto a aquisição de serviços para elaboração do estudo prévio e projeto de execução para a Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República – 2.ª Fase (Praça da República), conforme Anexo I, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos.

Cláusula 22ª - Atributos da Proposta

O concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 1.ª – Especificações do Serviço

O objeto do presente procedimento é a aquisição de serviços para elaboração do estudo prévio e do projeto de execução da operação “Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República - 2ª Fase (Praça da República)”, incluindo a assistência técnica.

O desenvolvimento do estudo prévio deverá ter em consideração o Programa Base (Requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República) e que é parte integrante do presente documento.

Os projetos necessários são os previstos na Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, designadamente, espaços exteriores, incluindo os projetos das especialidades de:

- Projeto de estabilidade de muros e outras estruturas construídas, caso aplicável à solução a adotar no projeto;
- Projeto de drenagem de águas pluviais;
- Projeto de drenagem de águas residuais, substituição de rede existente, incluindo caixas e ramais;
- Projeto da rede de distribuição de água, substituição da rede existente, incluindo ramais e rede de combate a incêndio (marcos);
- Projeto da rede de rega;
- Projeto das redes de energia elétrica e de comunicações, caso as mesmas sejam aéreas devem passar para subterrâneas;

- Projeto da rede de iluminação Pública;
- Projeto de sinalização vertical e horizontal de trânsito;
- Projeto de sinalética de informação.

A composição de cada projeto segue igualmente o previsto Portaria 701-H/2008, de 29 de julho. Deverá ser dada especial atenção ao facto de a intervenção dever ser à cota zero bem como ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

Cláusula 2.ª – Objetivos da Intervenção

Os objetivos da intervenção são os descritos no Programa Base e que são os seguintes:

- Aplicação dos conceitos de Acessibilidade e Mobilidade para Todos através da criação de percursos pedonais acessíveis, em pavimento confortável, durável e estável;
- Redesenho da área de intervenção através de uma solução ‘à cota zero’;
- Gestão do estacionamento ao longo da via, privilegiando os lugares PMR (Pessoas com Mobilidade Reduzida) e cargas/descargas;
- Redefinição das zonas de cargas e descargas e paragem de transportes públicos para locais apropriados e estratégicos;
- Uniformização da imagem comercial/residencial através de elementos como sombreamento, vegetação, publicidade, mobiliário urbano de apoio;
- Requalificação do Largo da República conferindo-lhe uma nova imagem, abrindo-o para o restante espaço urbano, configurando uma nova área cultural e social de partilha, permitindo novas dinâmicas de utilização;
- Interligação entre o Largo da República e a antiga estação ferroviária – a nova Estação da Mobilidade.

Cláusula 3.ª – Área de Intervenção

A área de intervenção objeto do procedimento é o delimitado na peça desenhada que é parte integrante do procedimento.

Cláusula 4.ª – Âmbito do Trabalho

Os elementos a entregar no âmbito do procedimento são os previstos na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

Cláusula 5.ª – Prazo de Execução

O prazo para a elaboração do projeto base e do projeto de execução das especialidades é de 60 dias, correspondendo a 30 dias para o estudo prévio e a 30 dias para o projeto de execução.

Cláusula 6.ª – Plano de Pagamentos

O plano de pagamentos estipulado para o contrato é o seguinte:

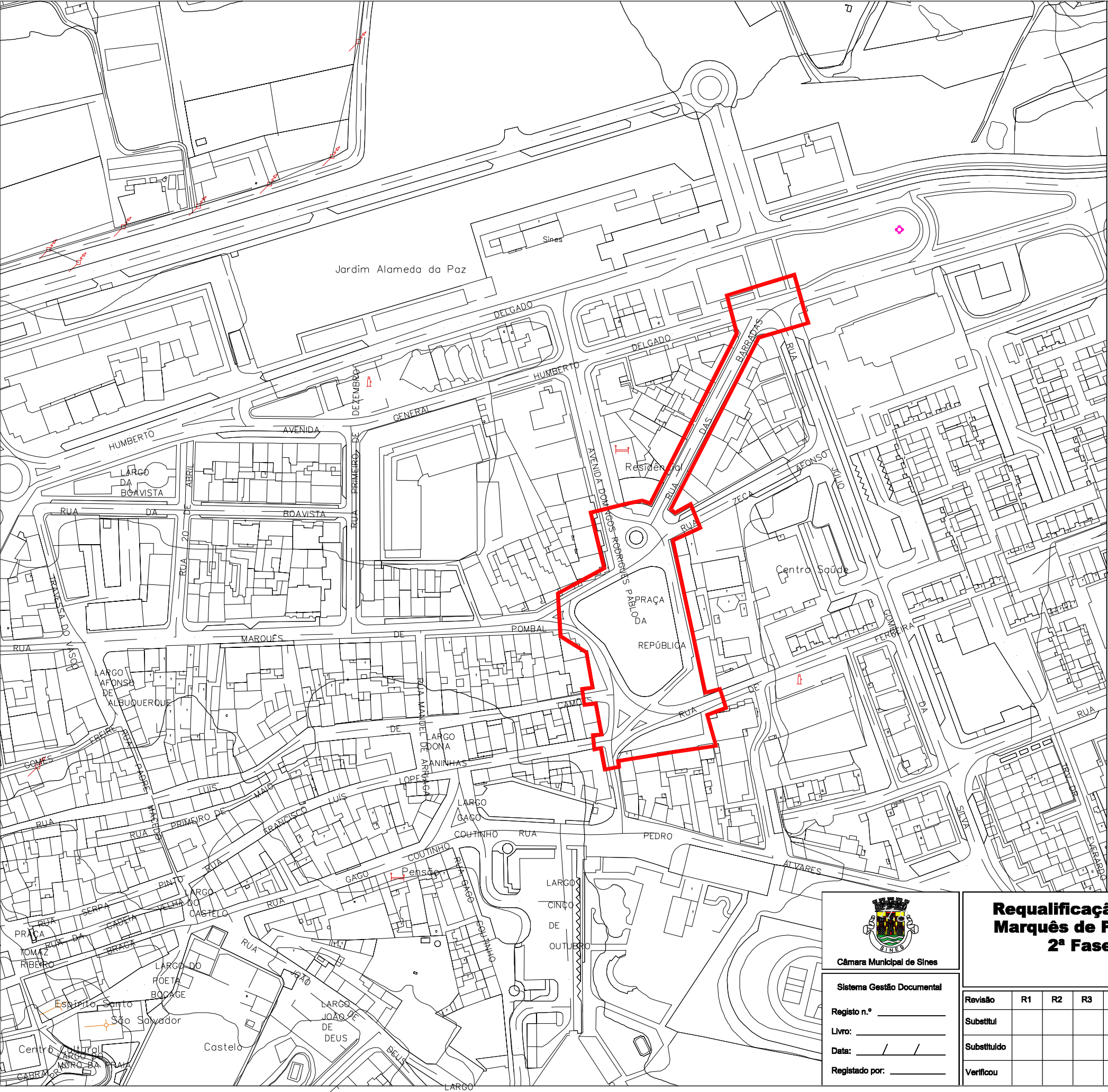
- Estudo prévio – 40%;
- Projeto de Execução – 50%;
- Assistência Técnica – 10%.

Cláusula 7.ª – Informação a disponibilizar pelo Município de Sines

O Município de Sines disponibilizará a seguinte informação:

- Cartografia vetorial (formato dwg) à escala 1:2000;
- Ortofotomapas à escala 1:2000;

- Programa Base “Requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República”;
- Planta com as infraestruturas de gerais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
- Levantamento topográfico.



Legenda:

— Área de Intervenção



Câmara Municipal de Sines

Sistema Gestão Documental

Registo n.º _____

Livro: _____

Data: ____/____/____

Registado por: _____

Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República									
2ª Fase (Praça da República)									
Área de Intervenção									
Revisão	R1	R2	R3	R4		DATA	NOME	RUBRICA	
Substitui					Projetou	Outubro 2016	Pedro Martins		
Substituído					Desenhou	Outubro 2016	Pedro Martins		
Verificou					Verificou	Outubro 2016	Pedro Martins		

Data

Outubro de 2016

Escala de Impressão

1:2000

Desenho n.º

01

CMSines | DOT

Edifício Técnico

Est. N. Sra. dos Remédios - S.Marcos

Tel.: 269 660 000 | Fax: 269 660 019

Câmara Municipal de Sines

Lp. Ramos de Costa, 7820-159 Sines

Tel.: 269 630 800 | Fax: 269 630 022

www.mun-sines.pt | geral@mun-sines.pt



Desenhamos cidades,
gerimos **mobilidades**



Requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República

CARTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO
E IMAGEM DA CIDADE DE SINES

Proposta de Programa Base

julho 2016

Índice

1. Enquadramento	1
2. Área de intervenção.....	1
2.1. Avenida Domingues Rodrigues Pablo	1
2.2. Largo da República.....	1
2.3. Rua Marquês de Pombal.....	1
2.4. Rua das Barradas	1
3. Proposta.....	1
3.1. Proposta geral de intervenção – solução A	1
3.2. Proposta geral de intervenção – solução B	1
3.2.1. Proposta para a Avenida Domingues Rodrigues Pablo.....	1
3.2.2. Proposta para o Largo da República	1
3.2.3. Proposta para a Rua Marquês de Pombal	1
3.2.4. Proposta para a Rua das Barradas	1

1. Enquadramento

O desenho urbano de muitas cidades portuguesas, e Sines não é exceção, surge na maior parte das vezes em resposta ao transporte individual. Apenas uma pequena parte das intervenções que se vão executando estão pensadas para favorecer as deslocações a pé e de bicicleta. A falta de planeamento das vias e uma visão estratégica para a mobilidade urbana sustentável, levam a que os peões circulem a par de importantes fluxos automóveis e a que ciclistas circulem no passeio, aumentando a insegurança e desconforto para quem percorre a cidade. Esta situação pode ser revertida através de um desenho urbano que reconheça o peão e o ciclista como protagonistas da mobilidade. Sines possui uma localização e enquadramento invejáveis. Contudo, alguns arruamentos que compõem a rede viária, demonstram a evolução da cidade e o seu crescimento que priorizou o tráfego automóvel e a logística industrial.

Ao longo dos últimos anos a cidade de Sines registou profundas mudanças na ocupação do seu território, tendo como consequência atual as diferentes formas de organização espacial, decorrentes também das diferentes morfologias do território.

Estando em curso o desenvolvimento da **Carta de Qualificação do Espaço Público e Imagem da Cidade de Sines**, um documento de análise ao estado atual do espaço público da cidade e consequente estratégia de intervenção e desenvolvimento, a requalificação da **Rua Marquês de Pombal e Largo da República**, surge como projeto prioritário de intervenção.

O presente Programa Base que agora se apresenta, tem por objetivo a Requalificação da Rua Marquês de Pombal, Avenida Domingues Rodrigues Pablo e Largo da República a qual constitui-se como vetor estratégico fundamental da Acessibilidade e Mobilidade para Todos e do Desenvolvimento Urbano Sustentável e Integrado, transformando-se o atual espaço público num lugar de excelência, numa área de primazia e sublimidade da cidade.

Ao longo dos últimos anos, a cidade de Sines registou profundas mudanças na matriz urbana do seu território, tendo como consequência atual as diferentes formas de organização espacial e de desenho adaptado do espaço público, tornando-o confuso, descaracterizado e desconectado, com falta de identidade do lugar.

2. Área de intervenção

A área de intervenção é constituída pela Avenida Domingues Rodrigues Pablo, Rua Marquês de Pombal, Largo da República e Rua das Barradas, em Sines.

A área de intervenção trata-se de um eixo estruturante na cidade de Sines, a real ‘charneira’ entre o centro histórico, o centro da cidade e as áreas residenciais e de expansão. Este eixo prioritário detém alguns equipamentos de interesse público dispersos, serviços, comércio, entre outros polos geradores de tráfego que dinamizam e valorizam este espaço diariamente. Portanto, é essencial que este eixo se torne atrativo, inclusivo e confortável para a população em geral e para quem visita Sines.

Além de se apresentar como um espaço descaracterizado, assinala-se ainda a ausência de canais de circulação pedonal nos arruamentos e acessos a habitações/equipamentos e /ou serviços, bem como a ausência de um percurso coerente e otimizado do fluxo automóvel.

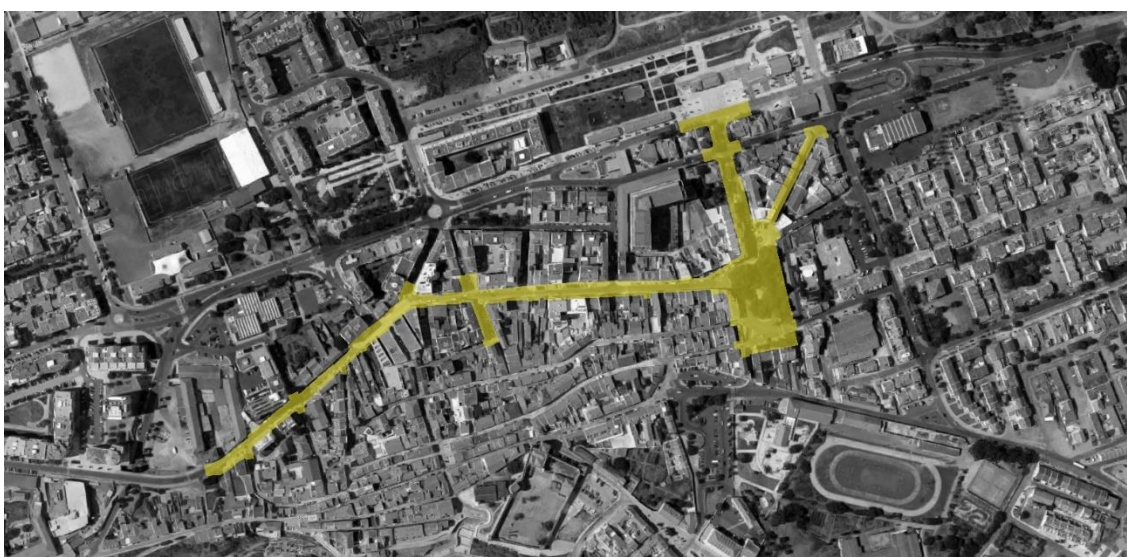


Figura 1. Área de intervenção

O espaço alvo de intervenção apresenta uma significativa heterogeneidade de usos, funções e formas onde predomina o automóvel e se assinala a ausência de canais de circulação adequados para os peões. É objetivo desta proposta unificar e estabelecer uma linguagem contínua, reduzir a presença do automóvel em detrimento do peão e implementar medidas de acalmia de tráfego.

Subdividindo-se, agora, a área de intervenção por tipologias de requalificação do espaço público, descrever-se-á, cada uma delas:

2.1. Avenida Domingues Rodrigues Pablo

A Avenida de Domingues Rodrigues Pablo apresenta uma via de sentido único com lugares de estacionamento automóvel em ambos os lados da via, ladeados por um passeio, de pequenas dimensões, arborizado.

Este arruamento apresenta um perfil interessante, respeita as medidas mínimas (não as ideais) de canais pedonais, contudo o espaço destinado ao automóvel é significativamente maior, quando comparado com o espaço para o peão. Para além deste facto, os percursos pedonais são pontualmente interrompidos na sua largura mínima exigida pelas árvores de alinhamento.

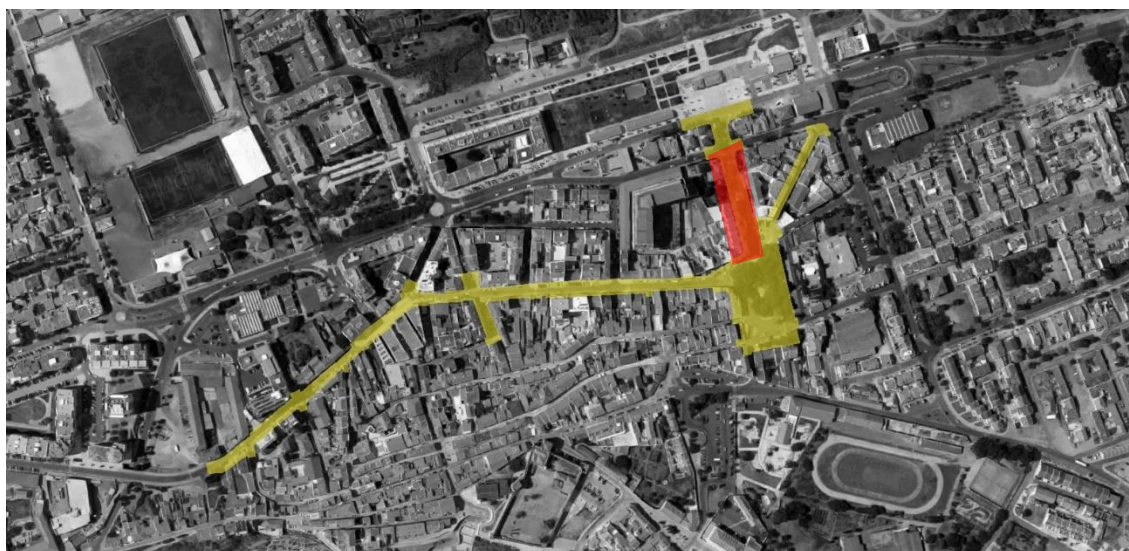


Figura 2. Área de intervenção 1 - Avenida Domingues Rodrigues Pablo



Figura 3. Vista geral da Avenida Domingues Rodrigues Pablo

2.2. Largo da República

O Largo da República trata-se de um dos principais palcos das vivências e dinâmicas sociais diárias por atrair um público que pretende, neste espaço, descansar, conversar ou mesmo atravessar, por reunir um conjunto de serviços e comércio, bem como um excelente coberto arbóreo, potenciando-o como espaço de estadia no ‘miolo’ da cidade de Sines.

Atualmente este espaço poder-se-á considerar sobrevalorizado no âmbito da recreação e vivência do espaço público de Sines, apresentando-se um pouco desconectado e pouco coeso com a envolvente. O Largo da República poderá considerar-se um importante ‘pulmão’ no centro da cidade de Sines, que importa agora qualificar por se apresentar um pouco descaracterizado e desatualizado no que hoje são os elementos essenciais e de conforto num espaço verde e de estadia.

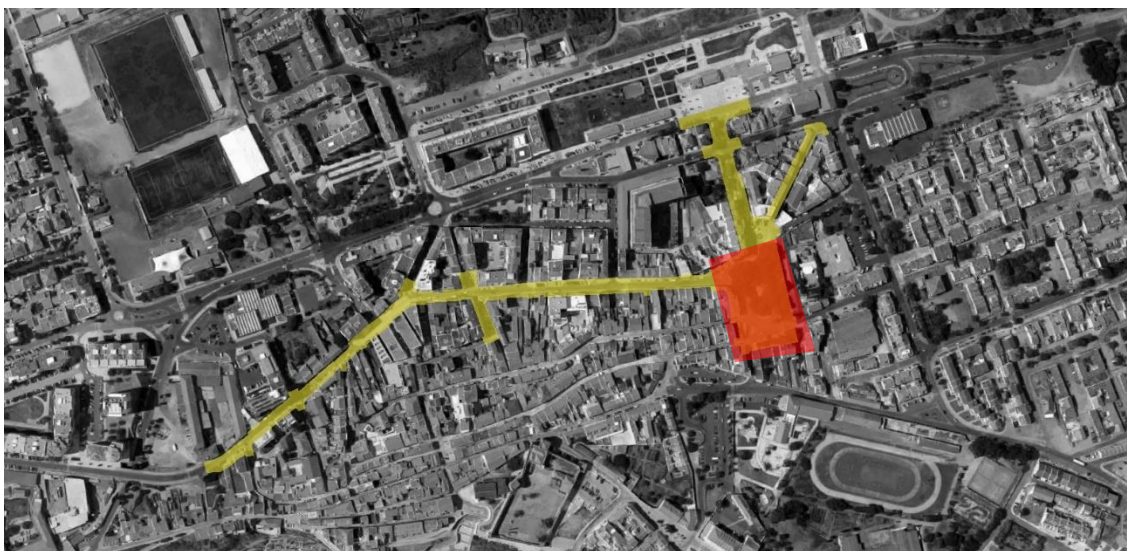


Figura 4. Área de intervenção 2- Largo da República



Figura 5. Vista geral do Largo da República



Figura 6. Vista geral do Largo da República

O estrato arbóreo apresenta uma grande densidade de plantação o que dificulta uma leitura desimpedida e pouco clara do espaço, sendo composto por espécies ripícolas de crescimento rápido e, em alguns casos, plantadas em locais desajustados. Da vegetação arbórea existente, destacam-se os exemplares de *Araucaria heterophylla* (Araucária) e alguns exemplares de *Platanus acerifolia* (Plátano) – duas espécies sinónimo de antiguidade.

A análise permite aferir que esta tipologia de jardim não corresponde às necessidades da população que, por sua vez, valoriza espaços de estadia com elementos atrativos, inovadores, confortáveis e seguros.

2.3. Rua Marquês de Pombal

A Rua Marquês de Pombal caracteriza-se por ser, no troço nascente, uma via de circulação automóvel com dois sentidos e, na restante extensão, apenas um sentido de circulação.

Atualmente, este arruamento apresenta passeios apenas em alguns troços, sendo a maior percentagem de área afeta a espaço de circulação e estacionamento automóvel, dificultando o acesso a comércio, habitação e serviços que se localizam neste ponto da cidade. A rua está pavimentada com betuminoso e, no limite do arruamento com o edificado, apresenta uma calçada à mesma cota da rua, não existindo distinção clara entre os canais pedonal e automóvel.

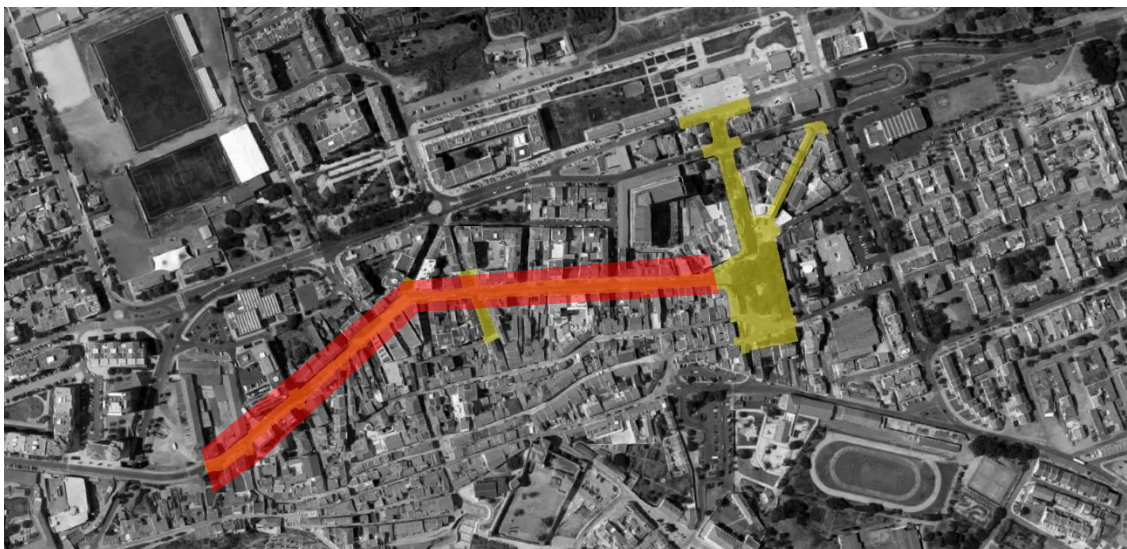


Figura 7. Área de intervenção 3- Rua Marquês de Pombal



Figura 8. Área de intervenção 3 - Rua Marquês de Pombal

O estacionamento automóvel é efetuado informalmente ao longo do arruamento, tanto na zona asfaltada, como na zona de calçada. A circulação pedonal não tem um canal definido, podendo ser efetuada na calçada ou nos passeios que vão surgindo em pequenos troços, de cubo de calcário.

A acessibilidade e mobilidade para Todos encontra-se condicionada também pela natureza dos materiais, pelos desníveis registados e pela ausência, na maior parte dos troços, de um canal pedonal desimpedido com pelo menos 1,20 metros de largura.

No troço da Rua Marquês de Pombal referente à frente e acesso ao Centro de Artes de Sines, a rua desenvolve-se à mesma cota, com o mesmo material de revestimento do edifício (um mármore rosa), apresentando o canal automóvel definido por pilaretes. Como inicialmente, à data do projeto do Centro de Artes, não foi previsto o tráfego automóvel nesta frente, o pavimento escolhido e sub-bases de

assentamento não previram a carga e tráfego atual, apresentando-se o pavimento degradado e com necessidade de reparação para que não constituam um problema à acessibilidade pedonal.



Figura 9. Área de intervenção 3 - Rua Marquês de Pombal, Casa das Artes

No seguimento, a rua desenvolve-se num troço estreito de sentido único, com estacionamento informal de ambos os lados, com os problemas de mobilidade associados à ausência de um canal de circulação pedonal, onde o automóvel é privilegiado.

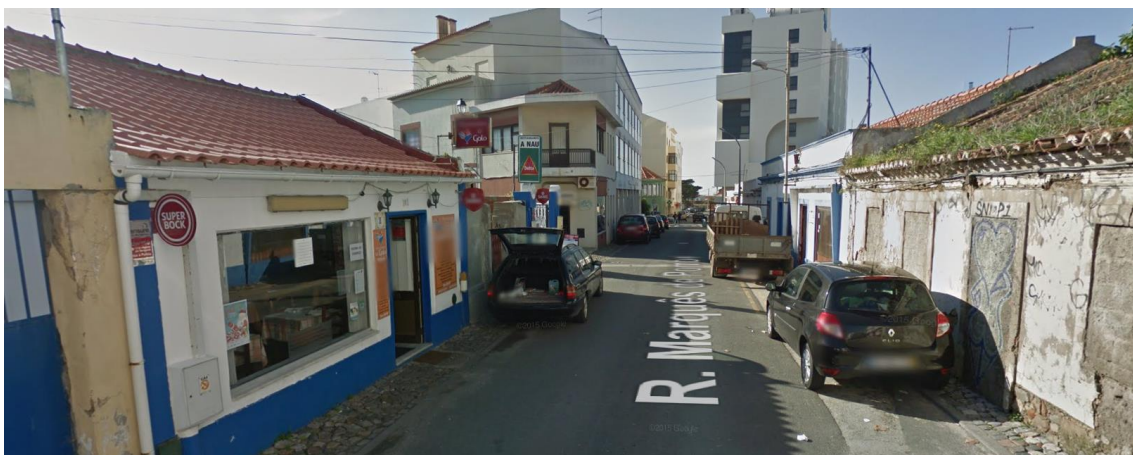


Figura 10. Área de intervenção 3 - Rua Marquês de Pombal

2.4. Rua das Barradas

A Rua das Barradas apresenta uma via de sentido único com estacionamento informal do lado direito da via e com passeio reduzido em ambos os lados da mesma. De todos os arruamentos da área de intervenção, este é o arruamento com perfil de rua mais estreito e com menor importância na malha urbana, apenas de acesso a moradores.

Este arruamento de reduzidas dimensões, não respeita o canal mínimo pedonal, sendo pavimentada com betuminoso e microcubo de calcário.

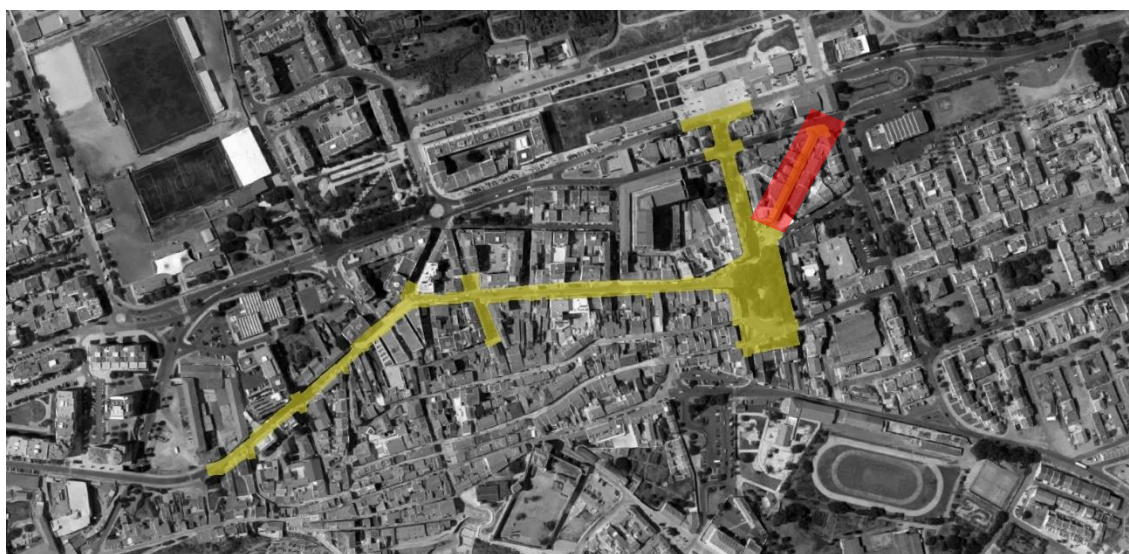


Figura 11. Área de intervenção 4- Rua das Barradas



Figura 12. Vista geral da Rua das Barradas

3. Proposta

O espaço público da cidade de Sines reúne um conjunto de vivências e experiências diárias que se traduzem em momentos de encontro, de passagem, de estadia e de lazer. A (re)qualificação dos mesmos, pontualmente ou em rede - através da Carta de Qualificação do Espaço Público e Imagem da Cidade de Sines, aumentam os índices de qualidade de vida da cidade, ao mesmo tempo que contribuem para a associação de uma imagem identitária da cidade.

A aposta na renovação destes espaços públicos urbanos para Todos, assente no desenvolvimento urbano sustentável e integrado, implica também uma reaproximação das pessoas ao espaço público urbano e consequente valorização dos mesmos.

A proposta da mpt® para a presente área de **requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República** pretende, primeiramente, assegurar que todas as premissas da Câmara Municipal de Sines sejam cumpridas de uma forma coerente, funcional e que se valorize o espaço público urbano da cidade. Neste sentido, engloba um conjunto de ações que visam a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade pedonal bem como a requalificação harmoniosa do espaço público urbano:

1. Aplicação dos conceitos de Acessibilidade e Mobilidade para Todos através da criação de percursos pedonais acessíveis, em pavimento confortável, durável e estável;
2. Redesenho da área de intervenção através de uma solução 'à cota zero';
3. Alteração dos sentidos de trânsito para sentido único, bem como a adoção de medidas de acalmia de tráfego e soluções de desenho urbano que limitem a velocidade automóvel para, no máximo, 30 km/h;
4. Gestão do estacionamento ao longo da via, privilegiando os lugares PMR (Pessoas com Mobilidade Reduzida) e cargas/descargas;
5. Criação de um parque de estacionamento nas imediações do Hotel Sinerama de apoio a esta intervenção – estacionamento FRIPEX (apontado no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e na Carta de Qualificação do Espaço Público e Imagem da Cidade de Sines);
6. Redefinição das zonas de cargas e descargas e paragem de transportes públicos para locais apropriados e estratégicos;
7. Uniformização da imagem comercial/residencial através de elementos como sombreamento, vegetação, publicidade, mobiliário urbano de apoio;

8. Requalificação do Largo da República conferindo-lhe uma nova imagem, abrindo-o para o restante espaço urbano, configurando uma nova área cultural e social de partilha, permitindo novas dinâmicas de utilização;
9. Interligação entre o Largo da República e a antiga estação ferroviária – a nova Estação da Mobilidade.

A área de intervenção é constituída por vias de acesso local, em termos de hierarquia viária, com a exceção da Rua das Barradas que se propõe converter numa área de coexistência entre o carro e o peão de forma a privilegiar a circulação pedonal.

Apresenta-se, de seguida, a **proposta geral de intervenção A**, onde são distinguidos os vários canais dos diferentes modos de transporte, bem como as distintas áreas funcionais:

- . Passeio | canal de circulação pedonal;
- . Rua | canal de circulação viária
- . Estacionamento automóvel;
- . Largo | zona de estadia;
- . Trincheira verde | canal verde;
- . Área urbana envolvente.

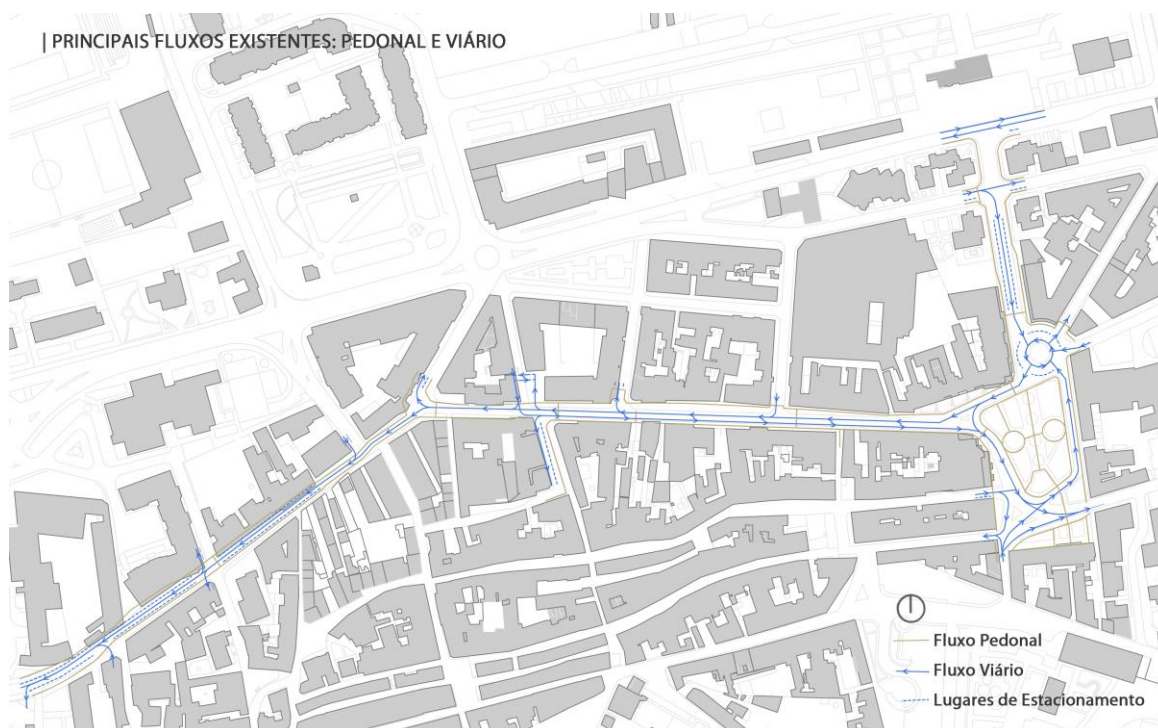
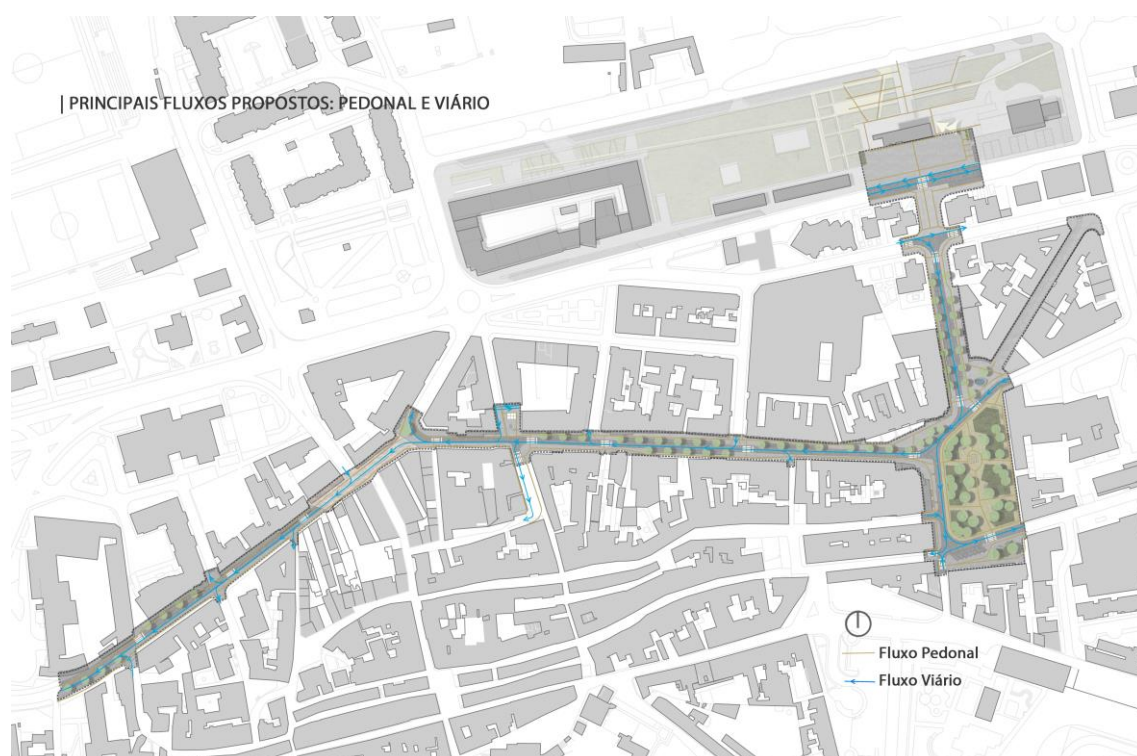


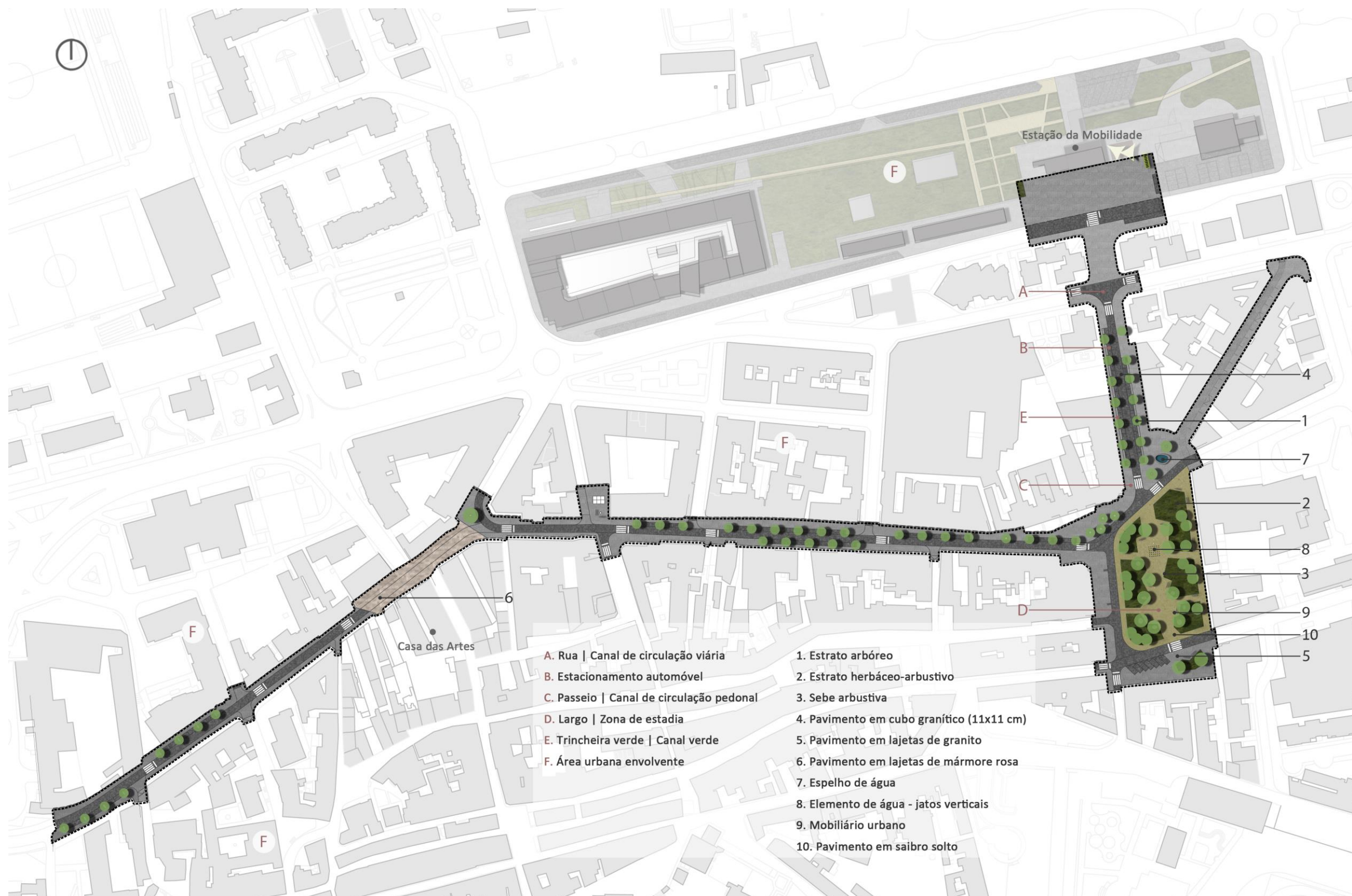
Figura 13. Principais fluxos existentes | pedonal e viário



A proposta de intervenção apresenta ainda um conjunto de elementos que garantem ao espaço público do Largo da República e Rua Marquês de Pombal novos níveis de estadia, conforto e fruição:

- Estrato arbóreo;
- Estrato herbáceo-arbustivo com carácter ornamental;
- Sebes arbustivas (que permanecem da configuração inicial do jardim mas com um carácter mais contemporâneo);
- Diferentes tipologias de pavimentos para distinção dos canais – pedonal (lajetas de granito ou de mármore rosa); automóvel e estacionamento (cubo granítico, com acabamento serrado); jardim (saibro solto ou outro material semipermeável);
- Espelho de água e elemento de jatos de água verticais;
- Outros elementos de mobiliário urbano.

3.1. Proposta geral de intervenção – solução A



A Proposta geral de intervenção – solução A, aposta na reconversão do Largo da República como um espaço permeável, ‘pulmão’ da cidade, onde se mantém a permeabilidade que um espaço verde com este carácter deve manter. A opção pela manutenção do saibro solto e dos espaços verdes de enquadramento relvados de fruição, que remontam ao desenho mais antigo do jardim, atribuem a este espaço uma nova abordagem conceptual, garantindo-lhe uma nova contemporaneidade.

Esta pavimentação, para além de permitir uma drenagem natural do espaço e sustentabilidade geral, garante ainda estabilidade para o usufruto do Largo, atravessamento e ainda realização de eventos como pequenas feiras, concertos, entre outros.

No sentido de unificar e manter a linguagem do espaço, os pavimentos propostos para o canal automóvel são o cubo de granito serrado 11x11; para o estacionamento cubo de granito serrado 11x11; para os passeios uma estereotomia em lajetas de granito com guias em granito sienito. As trincheiras verdes são semeadas com prado e pavimentadas com tiras de granito nos locais de passagem para o automóvel. As caldeiras, por sua vez, apresentam uma camada de proteção: a grelha de caldeira.



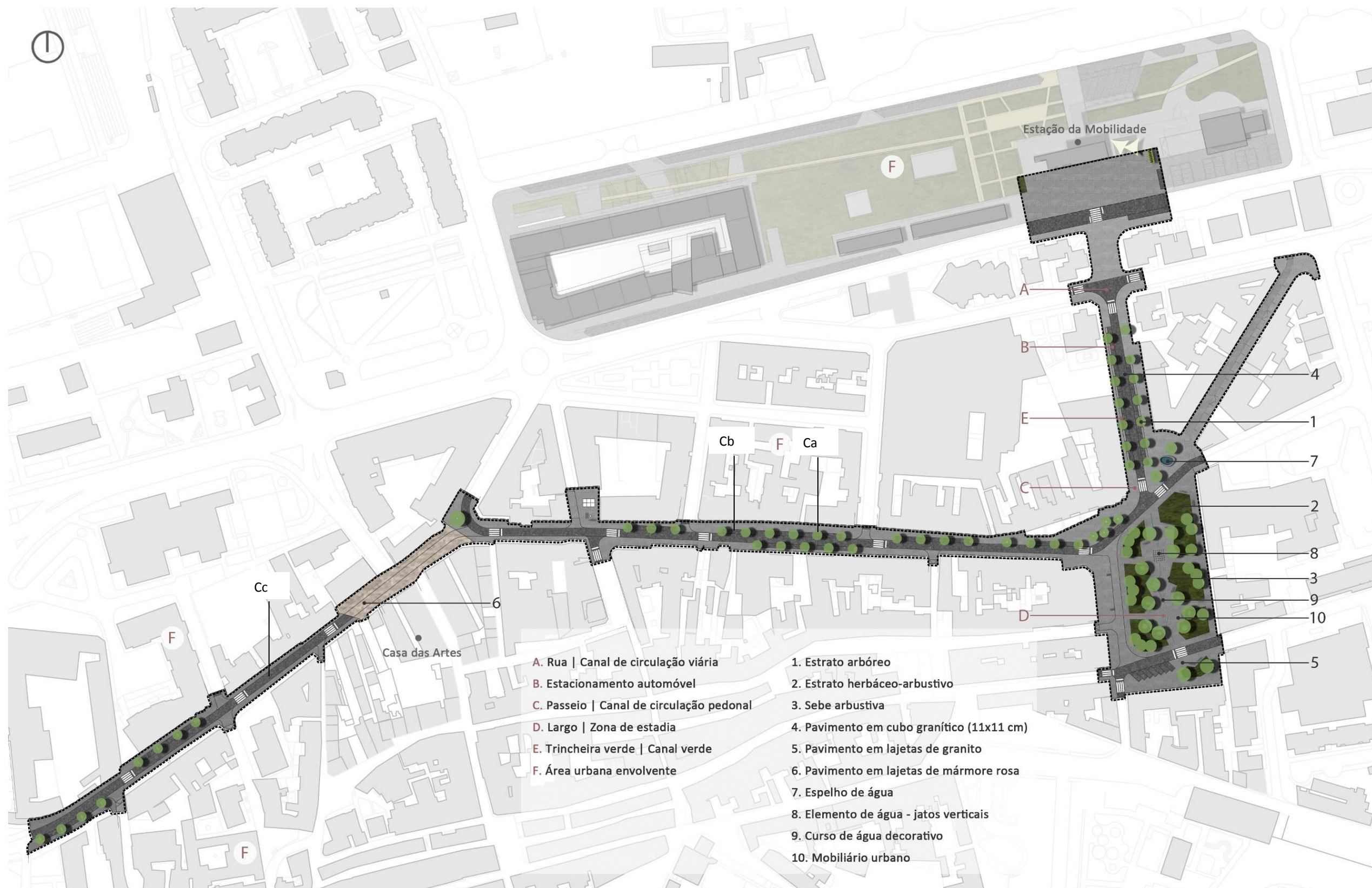
Figura 14. Tipologia de pavimentos para o canal pedonal, automóvel e Largo da República (proposta A)

No centro do Largo da República, a solução A, aponta para a introdução de um elemento de água com jatos verticais, introduzidos numa área pavimentada neste ponto, o que permite que, quando desligado o elemento de água, se transforme num espaço de atravessamento pavimentado.

A **solução B**, que de seguida se apresenta, aposta na reconversão do Largo da República como praça institucional, totalmente pavimentada, mantendo-se o estrato arbóreo existente e formas relvadas de fruição. A área pavimentada em lajetas de granito, na parte central do Largo da República, é ‘rasgada’ por um elemento de água que se desenvolve num eixo longitudinal, através da introdução de uma calha embutida no pavimento que garante o fluxo de água ao longo deste perfil.

Tal como na solução A, esta proposta aposta neste elemento de água para que, para além do ensombramento arbóreo, se aposte num elemento que garanta ao espaço mais conforto térmico e dinâmicas associadas à água.

3.2. Proposta geral de intervenção – solução B



Apresentam-se, agora os perfis-tipo para a Rua Marquês de Pombal, comuns, tanto na proposta A como B, os quais definem a distinção entre o canal pedonal, estacionamento com caldeira e o arruamento, assim como apresentam uma sugestão de pavimentação para os diferentes canais:

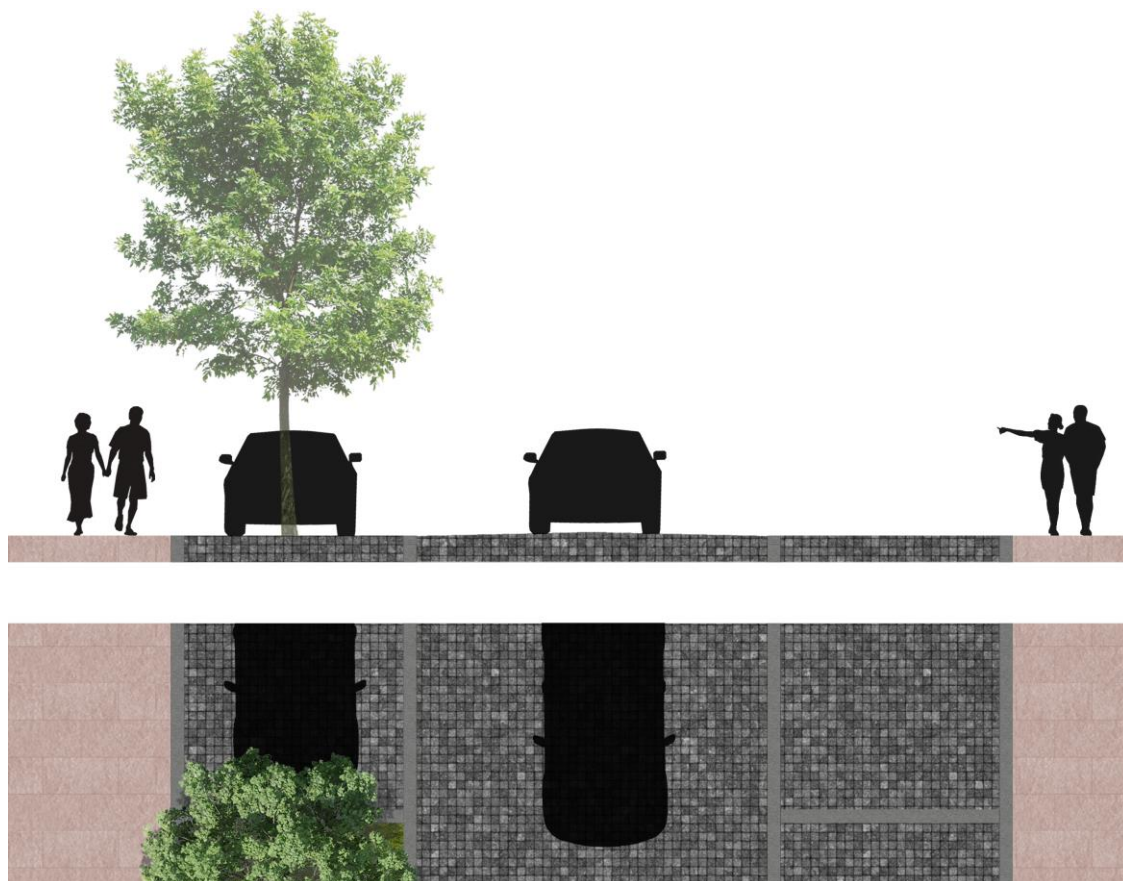


Figura 15. Perfil-tipo Ca

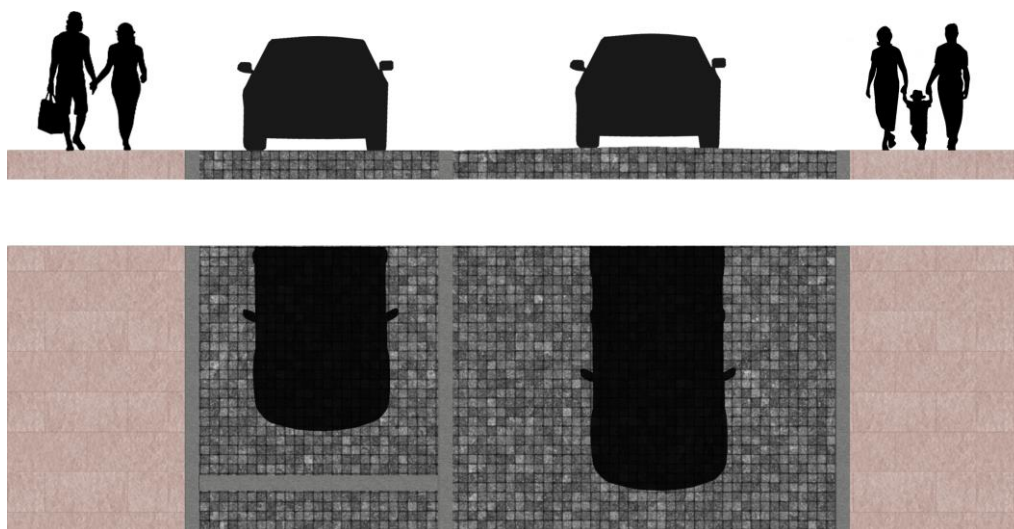


Figura 16. Perfil-tipo Cb

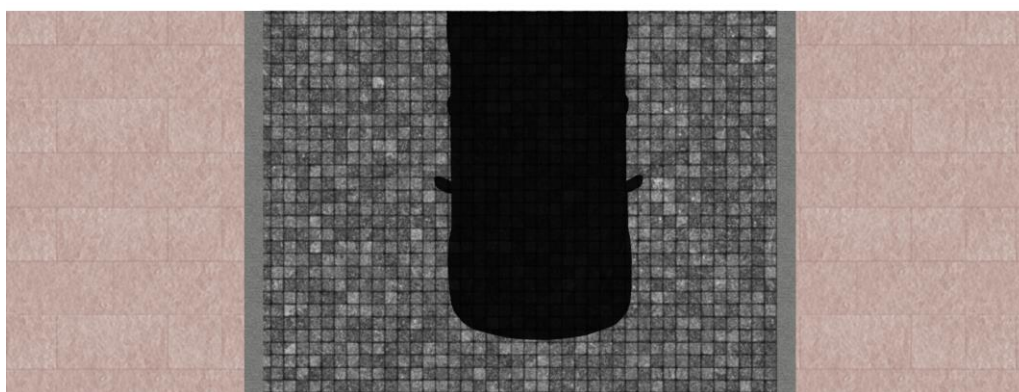
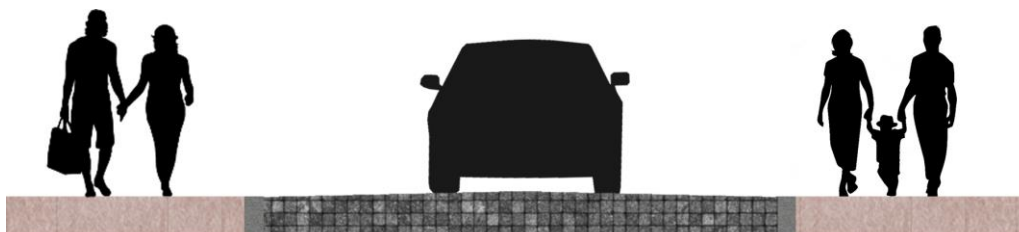


Figura 17. Perfil-tipo Cc

A requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República, irão igualmente apostar no reforço da estrutura verde principal existente, através da escolha criteriosa dos espécimes arbóreos a manter (os que apresentarem valor ornamental e bom estado fitossanitário), bem como com o reforço do coberto através da plantação de novas árvores de alinhamento (para a Av. Domingues Rodrigues Pablo e Rua Marquês de Pombal) e de carácter ornamental para o Largo da República.



Figura 18. Estrutura verde principal existente

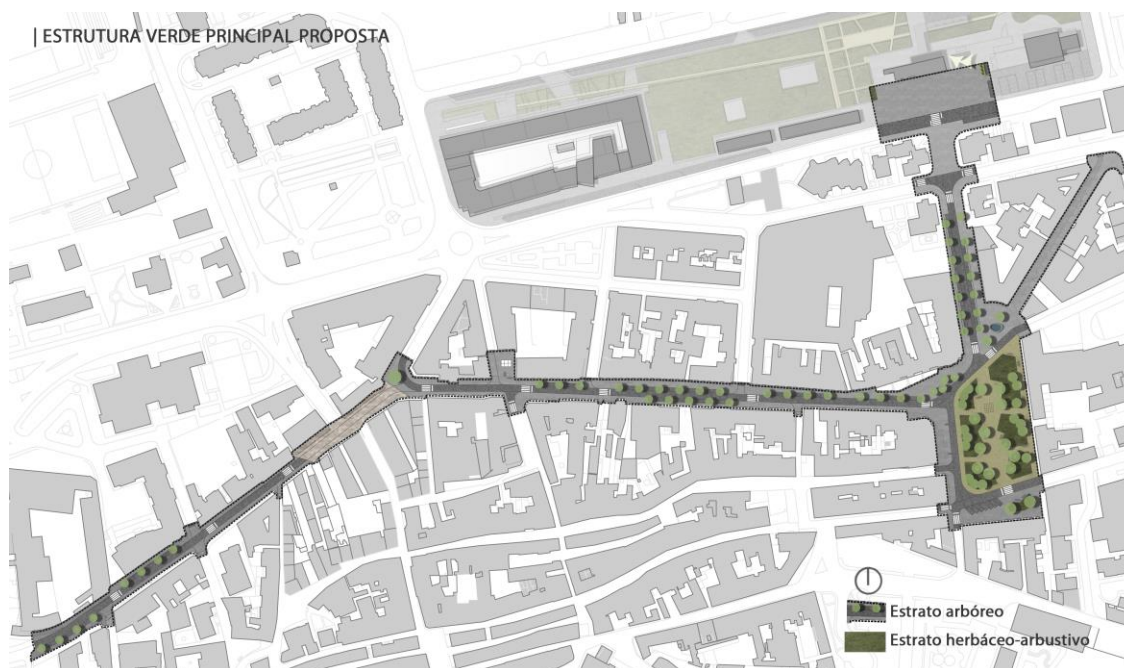


Figura 19. Estrutura verde principal proposta

3.2.1. Proposta para a Avenida Domingues Rodrigues Pablo

A proposta para este arruamento pretende reforçar a ligação e incrementar a continuidade visual entre a Praça da antiga Estação Ferroviária e o Largo da República. Desta forma, a requalificação da Avenida Domingues Rodrigues Pablo é fundamental para garantir essa continuidade e promover, ainda, a implementação dos modos suaves. Neste sentido, propõe-se a criação de plataformas sobrelevadas ao longo da Avenida General Humberto Delgado, por forma a atuarem como zonas de acalmia de tráfego e reforçarem a ligação entre a Praça e o Largo da República.

A proposta mantém um perfil de rua com apenas um sentido, a faixa de circulação automóvel é diminuída para 4 metros e os passeios são aumentados. A vegetação arbórea proposta surge inserida em trincheiras verdes, para melhor desenvolvimento dos exemplares e para que se crie uma separação física subtil entre os lugares de estacionamento automóvel e os passeios. O atravessamento do passeio para o carro, na trincheira verde, faz-se por intermédio de um pavimento permeável em tiras de granito.



Figura 20. Zooms da área de intervenção da Av. Domingues Rodrigues Pablo

Ao longo da avenida, são criados 23 lugares de estacionamento, sendo que 4 deles são destinados a largos e descargas pela presença de alguns estabelecimentos comerciais neste troço.

Para arborização da rua propõe-se a espécie *Jacaranda mimosifolia* (Jacarandá), uma espécie exótica originária da América do Sul, bastante usada e bem adaptada ao território português. É uma espécie caduca e distingue-se pela sua exuberante floração roxa, que antecede a folhagem.



Figura 21. Imagens de referência de arruamentos com arborização de *Jacaranda Mimosifolia* (Jacarandá)

3.2.2. Proposta para o Largo da República

A proposta de intervenção pretende modernizar a imagem do Largo através de uma nova linguagem arquitetónica, mantendo o carácter de largo ajardinado com as suas árvores mais emblemáticas. Neste sentido, são mantidos todos os exemplares de *Araucaria heterophylla* e os exemplares de *Platanus acerifolia*.

O jardim é composto por um canal central, em saibro de tom ocre ou lajes de granito (conforme proposta A ou proposta B), ladeado por zonas de prado ou relvado pontuado por pequenas sebes de *Buxus microphylla*, permitindo a criação de espaços diferentes: alguns mais intimistas e outros mais abertos para permitir o recreio ativo.

A vegetação proposta para o Largo foi selecionada de acordo com as pré-existências e conforme os objetivos primordiais do trabalho:

- *Celtis australis* (Lodão): para criar ensombramento ao longo do eixo central do largo;
- *Pinus pinea* (Pinheiro-manso) e *Ceratonia siliqua* (Alfarrobeira) nas áreas mais interiores do relvado.

A vegetação proposta está hierarquizada em 3 níveis:

1. O primeiro composto pela estrutura arbórea existente, que mantêm os exemplares mais emblemáticos no jardim, de modo a garantir algum ensombramento no momento inicial do jardim e os elementos arbóreo com maior interesse patrimonial;
2. O segundo nível composto por árvores de crescimento rápido: *Celtis australis* (Lodão), uma árvore autóctone caduca de grande porte, que garante sombra a curto prazo no jardim;
3. O terceiro nível composto por *Pinus pinea* (Pinheiro-manso) e *Ceratonia siliqua* (Alfarrobeira), árvores de crescimento mais lento - uma aposta que contribui veemente para o desenvolvimento de estrutura verde, a longo prazo. O *Pinus pinea* (Pinheiro manso) é uma árvore autóctone perene, de médio porte, característica desta zona de Portugal, e a *Ceratonia siliqua* (Alfarrobeira) é uma árvore perene, de médio porte, de origem mediterrânica.

O jardim é marcado por um elemento de água de cariz efémero: um conjunto de repuxos de água, embutidos nas lajetas de granito, perfazendo uma área de 22m². Este elemento permite uma certa flexibilidade na sua utilização: um elemento passível de pisoteio ou um elemento de água fresco, que anima o jardim nos dias de temperaturas elevadas.

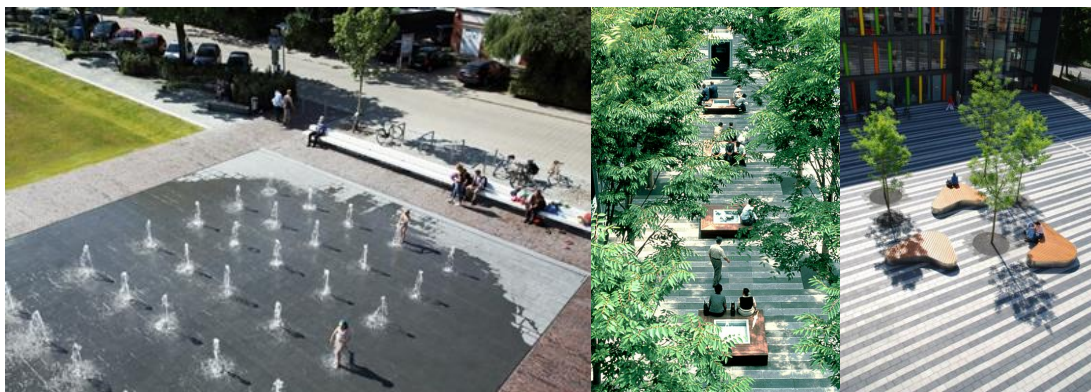


Figura 22. Imagens de referência para o Largo da República



Figura 23. Zooms ao Largo da República (proposta A e B)

3.2.3. Proposta para a Rua Marquês de Pombal

Toda a intervenção foi pensada no sentido de potenciar um desenho urbano inclusivo e acessível, que favoreça também a mobilidade pedonal, e de criar uma linguagem comum para o espaço público.

Dentro da área de intervenção, a Rua Marquês de Pombal é a que apresenta maiores problemas ao nível da mobilidade, neste sentido foi desenhado um canal com uma linguagem homogénea, caracterizado por uma faixa central com um único sentido (4 metros de largura) e dois passeios com um canal de circulação desimpedido e contínuo, com 2 metros de largura mínima em locais pontuais e, em troços curtos, essa largura é diminuída para 1,40 metros. Nas zonas onde a rua alarga é possível garantir um passeio que cumpra as normas de Acessibilidade Mobilidade para Todos e que potencie o aparecimento de esplanadas ou zonas de estar.

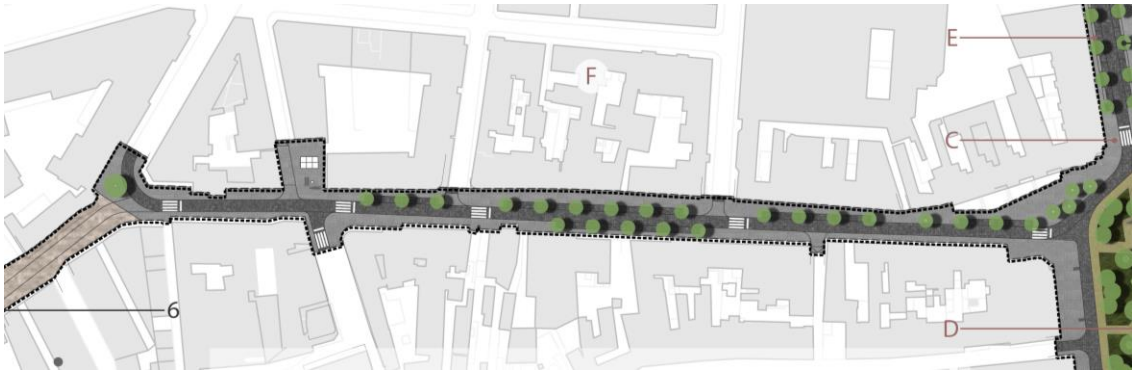


Figura 24. Zoom à proposta de intervenção para a Rua Marquês de Pombal

Os lugares de estacionamento automóvel figuram paralelos à faixa de rodagem, num total de 39 lugares, dos quais 9 são destinados a cargas/descargas, nas zonas com maior concentração de serviços.

No sentido de potenciar o carácter comercial da Rua Marquês de Pombal, são propostas, na 1ª parte da rua, floreiras elevadas em aço-corten, onde emergem as árvores de arruamento. Esta ação associada aos passeios amplos, desenvolvidos em grande parte deste troço, propicia a manutenção do comércio existente e promove a instalação de outros comerciantes, numa rua em se pretende reforçar o carácter comercial.



Figura 25. Imagens de referência para a arborização neste troço da Rua Marquês de Pombal

Para arborização da rua foi escolhida a *Melia azedarach* (Mélia), uma árvore exótica originária da Ásia, muito usada em arruamento urbano pela sua flor e fruto. Esta árvore de folha caduca e médio porte é importante para enquadrar as diferentes cêrceas do edificado nesta rua.

Na zona do Centro de Artes de Sines mantém-se a intervenção existente, que coloca a rua toda à mesma cota e com o mesmo material – mármore rosa.

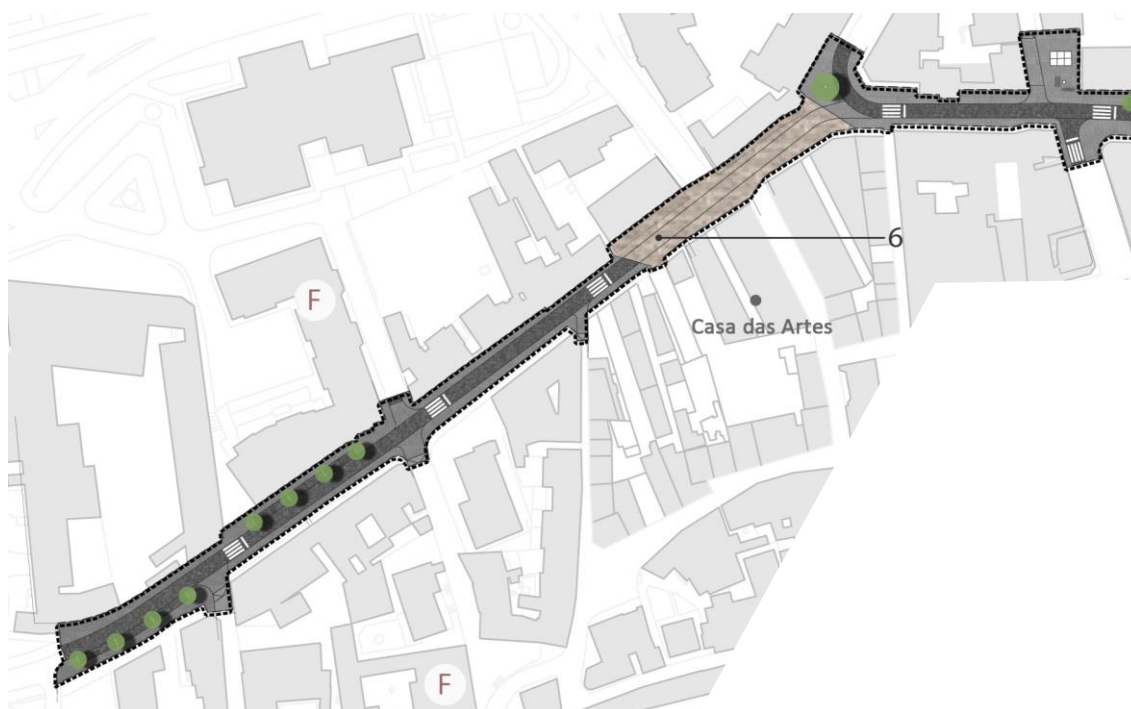


Figura 26. Zoom à proposta de intervenção para a Rua Marquês de Pombal junto à Casa das Artes

3.2.4. Proposta para a Rua das Barradas

A intervenção pretende dotar esta rua de uma linguagem arquitetónica semelhante às outras áreas de intervenção e resolver os problemas de acessibilidade e mobilidade deste espaço.

A proposta mantém um perfil de rua com apenas um sentido, mas como uma área de coexistência entre o carro e o peão. Ao nível de pavimentos são propostas lajetas de granito, o mesmo material usado em várias zonas do projeto, para os canais de circulação pedonal. A zona de circulação automóvel é definida pelas guias de granito, estando também definidas zonas de estacionamento para os moradores. A circulação automóvel e o estacionamento automóvel, nesta rua, são destinados apenas aos moradores.

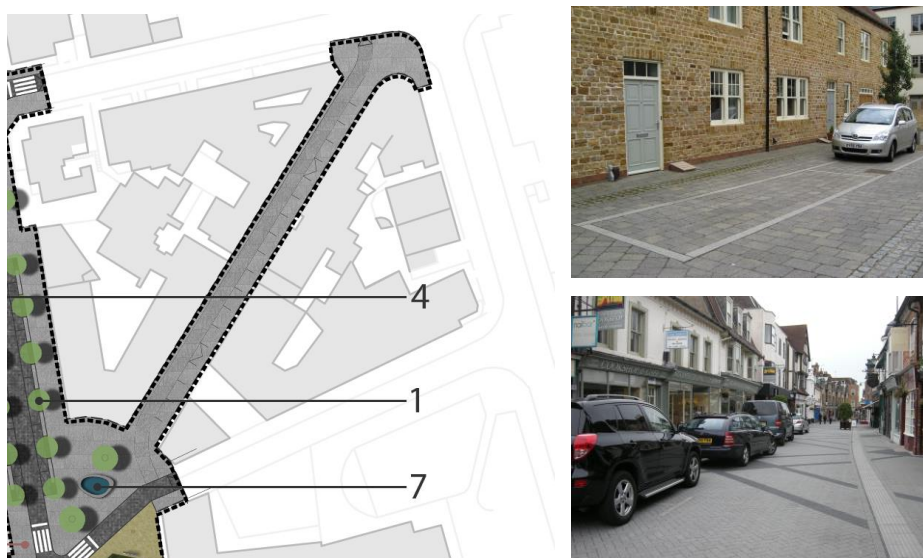
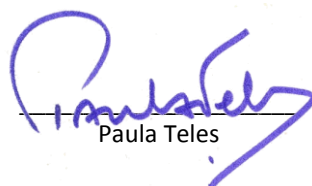


Figura 27. Zoom à proposta de intervenção para a Rua das Barradas e imagens de referência de zonas de coexistência

Porto, 14 de julho de 2016


Paula Teles